

III PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

DIA 29/06/2003

João Roberto:

Bom, pessoal, bom dia. Hoje estaremos discutindo o trabalho dos grupos de ontem relativos à concepção do Fórum, a sua composição, o seu funcionamento e a sua continuidade. Peço até que o pessoal acompanhe pela programação que está estabelecida, a gente está começando com atraso, então, precisamos estar atentos, inclusive, porque hoje existe uma agenda de que o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, estará presente no final da manhã. Então, precisamos estar preocupados com o horário. 8h30, pela programação, vamos estar fazendo o relato das sínteses. Peço ao pessoal que está chegando que façam o menor barulho possível, pra gente começar bem aqui. Como ontem a discussão em plenário ficou limitada aos desafios da economia solidária, para hoje ficou faltando, enquanto discussão, a questão da concepção do Fórum, da composição do Fórum, do funcionamento do Fórum e da continuidade do Fórum. Então, vamos estar tratando dessas quatro questões. É muito trabalho. Eu estou sentindo que o pessoal ainda não se concentrou na Plenária. Vamos começar então. Qual vai ser a nossa metodologia de trabalho? Nós vamos apresentar os relatos dos grupos, as sínteses dos grupos relativos aos quatro pontos, concepção, composição, funcionamento e continuidade. Nós vamos ler. Então, a primeira parte é essa, fazer uma leitura geral dos quatro pontos. Depois, a mesa vai sugerir o encaminhamento dessa discussão, mas, consideramos que antes de mais nada é importante que todos tenham uma visão geral do que os grupos discutiram sobre esses quatro pontos. Então, primeiro vamos ler, depois vamos fazer o encaminhamento da discussão. Eu vou lendo... Tudo bem? Vamos fazer a leitura, apenas para que haja uma uniformização das informações sobre todos os trabalhos, para que cada grupo saiba o que o outro grupo pensou. E depois a mesa vai encaminhar a discussão desses quatro pontos. Acho que isso não tem divergência. Primeiro, sobre a concepção. Vou ler pausadamente. Concepção: o Fórum deve ser um espaço autônomo de debate acerca do que é economia solidária, de construção de uma política de economia solidária suprapartidária; constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política, de estabelecimento de estratégias de ação, sobre a égide dos princípios da economia solidária; espaço democrático, com participação de todos os segmentos, enfatizando o protagonismo das

trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária; deverá realizar o debate sobre o significado dos conceitos de economia solidária e economia popular solidária; criar uma forma jurídica para nortear leis próprias para a economia solidária; ser um canal de interlocução entre os poderes constituídos e os outros atores da sociedade; ser mobilizador para a construção de redes de economia solidária; ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo, horizontal e transparente; constituir-se em espaço de valorização do saber local, de formação transversal, no sentido de garantir as identidades minoritárias relativas a gênero, etnia, idade, jovens e idosos e pessoas portadoras de deficiência; constituir-se em espaço de construção de um novo modelo de colaboração solidária junto ao poder público. Então, vamos fazer a continuação dessa leitura geral. Vamos agora falar da composição. Composição: o governo não fará parte da composição do fórum, sendo que este deverá constituir-se em espaço da sociedade civil; o governo deve estar presente na composição do fórum, haja vista a sua participação em todo processo; gestores participam do fórum, porém, sem direito a voto; presença dos governos com direito a voto, mas, com peso máximo definido (10, 15, 20%); só participam do fórum nacional se houver organização em nível estadual; criação de uma coordenação nacional com um representante dos fóruns estaduais; os gestores públicos devem participar do fórum com proporcionalidade restrita, pois trabalham com a implementação de políticas públicas para fazer as articulações com a Secretaria Nacional de Economia Solidária e fazer certo controle sobre as agências de fomento; os gestores públicos não devem participar do fórum, pois o fórum é da sociedade civil e os governos são transitórios e trazem riscos de ingerência no movimento; os espaços de interlocução com o governo são nos diversos Conselhos; os gestores públicos são importantes parceiros do movimento para a participação nas plenárias, grupos temáticos e grupos de trabalho, mas, não podem fazer parte do grupo organizador, animador, executivo do fórum; deve-se garantir a identidade com a sociedade civil e a autonomia do movimento e do fórum; os gestores públicos, dependendo das características e do histórico político, podem participar do fórum; os gestores públicos não devem participar do fórum, mas, todos os que trabalham no poder público devem participar como cidadãos; incluir os

trabalhadores informais, não organizados, mas, que operam dentro dos critérios da economia solidária; composição da coordenação nacional pelos estados, a partir de fóruns estaduais regionais; representação de todos os estados que contemple diferentes setores e representação da economia solidária; composto por entidades nacionais que representem os empreendimentos solidários; empreendimentos e entidades de apoio. Também surgiram propostas mais detalhadas sobre as regras que comporiam a proporção entre os segmentos. Chamo atenção que são duas propostas aí. A da coluna da esquerda e da coluna da direita. Então, pela coluna da esquerda está lá: 60% de empreendedores, 15% de assessorias, 15% de executivo, 10% de parlamentares das cinco regiões do país. A outra proposta: um representante do estado, um representante de instituições em nível nacional, qualquer quantidade de representante de empreendimentos. Mais duas propostas. A da coluna da esquerda: empreendimentos de economia solidária como representação maior; instituições de apoio, fomento e assessorias à economia solidária; gestores públicos e movimentos sociais. Coluna da direita: dos 10% dos delegados presentes na plenária, retirar a representação com a seguinte composição: 60% de empreendimento, 15% de entidades de fomento; 15% do poder público, 10% dos movimentos sociais. Observação: garantir um por estado, sem olhar o seu segmento; composição com governos, empreendedores e ONGs com a mesma proporcionalidade das plenárias estaduais; divisões balanceadas entre todos os estados da federação no fórum brasileiro; que 60% dos delegados que compõem o Fórum Nacional de Economia solidária sejam empreendedores; a composição deverá garantir 80% de representantes da sociedade civil; garantir a representatividade de todos os estados, relativo a gênero e etnia. Pessoal, olha só, essa parte tem a ver já com a nossa proposta de encaminhamento da discussão, mas, é importante que vocês já tomem ciência dela. Nós identificamos nesses quatro assuntos, concepção, composição, funcionamento e continuidade, nós identificamos que os pontos polêmicos estão na parte que se refere à composição, nessa que a gente acabou de ler. Nós apresentamos o relato dos grupos sobre o tema composição. Agora, vamos apresentar para vocês o trabalho que nós fizemos, a parte das convergências, o que há de convergência nessa segunda sessão, sobre a composição. E depois nós vamos trazer para vocês a arrumação que nós fizemos sobre as divergências, para facilitar a nossa conversa. Mas, sobre as convergências no tema da composição nós temos aí: critérios de representação, ou seja, em todas as proposições relativas à composição do

fórum se colocou a idéia de se estabelecer algum parâmetro de representação; a idéia de que, qualquer que seja a composição do futuro fórum, ela terá que privilegiar os empreendedores, ou seja, maior representação dos empreendimentos; observância dos princípios da economia solidária, todos aqueles que venham a compor o fórum deverão estar afinados e de acordo com os princípios da economia solidária; vínculo entre as estruturas estaduais e a estrutura nacional, que haja formas de interação, de vinculação entre essa representação nacional e as estaduais; garantir a representatividade de todos os estados, relativo a gênero e etnia. Depois a gente retoma isso, é só uma primeira passagem. Agora, o funcionamento: Ressalva: os grupos 2 e 11 não debateram essa questão. Sobre o funcionamento nós temos: deve acontecer a partir de plenárias locais, micro regionais, estaduais e nacionais; grupos de trabalho por segmentos (exemplo: reciclagem, agropecuária, cooperativas de crédito); grupos de trabalho temáticos que se dediquem a problemas específicos (crédito, tributação, comercialização e exportação); criação de banco de dados com informações sobre os empreendimentos que funcione como referência para os mesmos; criação de uma Secretaria-Executiva do Fórum Brasileiro; deve construir uma estrutura financeira para atender às demandas estaduais; organizar seminários temáticos, em nível nacional (exemplo: educação popular e finanças solidárias); deverá garantir a rotatividade da representação dos delegados e dos membros da Secretaria do Fórum Brasileiro de Economia solidária a cada dois anos. Sobre a continuidade: novamente a ressalva de que os grupos 1, 2 e 11 não debateram essa questão. Criação e proposição de mecanismos para o fortalecimento das organizações e empreendimentos solidários; promover periodicamente reuniões, encontros de trabalho, seminários, para fortalecer e fazer acontecer os princípios da economia solidária; fortalecer as bases através de redes, por segmentos e por território; fazer ampla divulgação da economia solidária e do fórum brasileiro; promover uma plenária anual do fórum brasileiro de economia solidária. Bem, antes de mais nada, uma salva de palmas para o trabalho dos grupos. Com relação ao encaminhamento da discussão, nós estamos propondo, quem somos nós? O GT brasileiro e as representações dos estados que estão desde o começo dos trabalhos discutindo cada passo e fechando os encaminhamentos, e nós temos a seguinte proposição a fazer a vocês: certamente essa agenda de discussão é uma agenda bastante extensa. Acho que ninguém pode ter aqui a expectativa de que vai discutir cada um desses pontos o suficiente para sairmos com posições

amarradas sobre cada um desses pontos. Lendo as diferentes posições dos grupos sobre esses quatro temas, composição, concepção, funcionamento e continuidade, nós identificamos que há problemas de divergências com relação à natureza do fórum, principalmente no que se refere a composição. Então, vamos fazer uma discussão, com relação à concepção, acreditamos que pode haver a necessidade de alguns ajustes, alguma precisão. Do funcionamento a mesma coisa e na continuidade também. Mas, não nos parece que nos três outros pontos haja divergência de fundo. Nós estamos entendendo que as divergências estão concentradas no que diz respeito à composição. Então, primeira preocupação é que a gente vá trabalhar pensando todos os pontos, mas, jogando o maior peso sobre a discussão da composição. Então, a primeira coisa é que vamos estar discutindo todos os pontos, mas, com prioridade para a discussão sobre a composição. E para isso a gente tem uma organização da discussão que o grupo fez entre qual é a divergência principal. Então, vamos apresentar para vocês, daqui a pouco, quando entrarmos na discussão sobre composição, qual é a divergência principal. Então, para ficar bastante claro, estamos entendendo que dos quatro temas o tema polêmico é o tema da composição e que é importante que a gente saia da plenária com uma clareza sobre isso. E nós vamos encaminhar essa discussão. O primeiro ponto é esse. O segundo ponto: nós estamos entendendo também que boa parte dessa discussão terá que ser amadurecida nos estados, terá que voltar aos estados. Quando houve a organização das plenárias regionais, houve discussão sobre princípios do fórum, mas, não se chegou a definições. Nós estamos entendendo que boa parte dessa discussão deverá ser devolvida aos estados para ser amarrada e fechada nos estados. O processo, obviamente, não se encerra aqui. E na própria preocupação sobre a continuidade existe a preocupação da retomada dos estados. Então, primeiro ponto, vamos nos concentrar sobre a problemática da composição. Segundo ponto, as discussões que aqui ficarem incompletas serão retomadas nos estados. E mais uma proposta de encaminhamento que nós estamos fazendo enquanto grupo organizador da plenária: nós estamos entendendo que, apesar das diferenças que temos sobre a concepção do fórum, não há divergência sobre a constituição do fórum brasileiro de economia solidária. então, estamos querendo propor a vocês que a gente, antes de entrar nessa discussão sobre que fórum queremos, concentrando principalmente na composição, que a gente aprove em plenário a criação do fórum brasileiro de economia solidária neste momento. E esperamos por aclamação. Eu

gostaria de encaminhar essa votação, se a nossa proposta de trabalho for acatada por vocês. Vou repetir: lido o trabalho dos grupos, vamos discutir ponto a ponto, mas, com a preocupação de discutir a composição, porque essa definição é necessária para a gente estar levando a discussão nos estados. Ela é prioritária. E as outras discussões vão ser aprofundadas nos estados. E a questão de que nós vamos constituir o fórum brasileiro, antes, então, que a gente discuta que fórum queremos. Mas, que apesar das nossas diferenças, esse fórum já está aqui constituído e nós vamos, então, encaminhar já a partir de agora, a constituição do fórum brasileiro. E aí nós discutimos como nós seguiremos com esse fórum. Então, nós queremos encaminhar, se a plenária concorda com esse encaminhamento que, apesar das nossas diferenças e graças a elas, nós já temos o fórum brasileiro de economia solidária. E como ele vai se constituir, composição, funcionamento, nós vamos discutir entre nós. Está claro esse encaminhamento prioritário, da gente votar aqui neste momento a criação já do fórum brasileiro de economia solidária? Então, delegados, encaminhando: quem é a favor da instituição imediata do Fórum Brasileira de Economia Solidária? (palmas) Sem dúvida nenhuma, este é um momento histórico para a economia solidária no Brasil e para a luta que esse fórum certamente vai empreender. Então, vamos seguir. A proposta, então, é a seguinte, no caso dos outros temas em que a gente não vê tanta polêmica, concepção, funcionamento e continuidade, a idéia é que a gente leia novamente e que a Plenária apresente depois da leitura de todos os pontos, que a plenária apresente destaques aos pontos relativos à concepção. Nós vamos ler, porque nós não vimos divergências de fundo. Depois dessa leitura, nós vamos solicitar que a plenária encaminhe os destaques. Mas, nós estamos entendendo que não vamos fechar, vamos levar esses elementos para os estados. Então, todos os destaques que forem feitos nós vamos estar incorporando para serem remetidos às discussões nos estados. O pessoal está me soprando aqui uma proposta bastante interessante, que a gente focalize a composição e não entre na discussão de destaques na parte de concepção, funcionamento e continuidade, já que essa parte é uma parte já mais ou menos consensuada. (palmas) Tudo bem? Então, vamos seguir.

Isack:

Eu estou com uma dúvida muito forte. No primeiro momento das leitura, onde estão dizendo que não tem problema, só para alertar o Plenário, lá está escrito que o fórum é o interlocutor com o

governo. E depois, o que nós vamos aprovar agora ou não, vai ter governo no fórum. Como que pode o governo ser interlocutor dele mesmo? Isso aí pode dar problema no futuro. Não pode ter uma coisa que contradiz com a outra. Só estou dizendo pra você que isso vai ser discutido depois. Mas, depois pode já estar aprovado.

João Roberto:

Eu estou acatando o esclarecimento do Dr. Isack. Eu estou entendendo que tem definições sobre o funcionamento e a continuidade do fórum que têm implicações com a questão da composição. Mas, a gente está entendendo que a questão da composição é anterior. Se você define a questão da composição, com ou sem governo, na hora de fazer a discussão de alguns elementos do funcionamento, alguns vão cair, vão perder validade. Por isso a discussão da composição é mais importante. Eu estou entendendo que já foi aprovado o encaminhamento de que vamos discutir a composição a partir do que está no relato e de uma proposta que vamos trazer pra vocês, de uma diferenciação básica das duas propostas principais que estão colocadas. Isso está garantido. Agora não dá pra reverter esse encaminhamento. Agora, se houver algum outro encaminhamento para aperfeiçoar isso, perfeito.

Jorge:

O encaminhamento que eu peço é o seguinte. Toda a discussão vai ser remetida novamente para os estados. Nós viemos dos estados, três dias aqui, eu consulto a mesa se é possível colocar em votação que a gente decida com quem está aqui e ficou esses três dias discutindo.

João Roberto:

Defina o quê?

Jorge:

Concepção, funcionamento e composição.

João Roberto:

Eu estou entendendo que a gente já tinha acertado. Vou repetir o que o colega propôs: que este grupo feche as discussões sobre composição, concepção, funcionamento e continuidade. Eu estou entendendo que o encaminhamento anterior vai no sentido contrário e já estava acertado. Então, me parece que a gente segue em frente. (palmas). Os delegados presentes referendam o encaminhamento de discutir prioritária e exclusivamente a questão da composição? Eu recebi notícia aqui de que está confirmada a presença, às 11h00, de dois Ministros de Estado, o Ministro do Trabalho Jaques Wagner e

a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Só uma questão de logística, para que todo mundo possa observar o data-show. Um grupo pequeno ontem ficou até 1h30 da manhã para tentar precisar a diferença fundamental na questão da composição. Então, a idéia que nós temos aqui, primeiro, o Gaiger, que foi uma dessas pessoas, junto com a Adriana e a Lu e outras pessoas, fechando essa proposição, ele vai apresentar então as diferenças básicas que apareceram sobre composição. E nós vamos então, a partir dessas diferenças, encaminhar a discussão em plenário. Eu só estou querendo chamar a atenção que o nosso trabalho aqui é para qualificar a discussão, no sentido de a gente entrar em acordo onde está a diferença. Então, quando o Gaiger apresentar é importante que a Plenária diga se essa diferença está contemplando a polêmica que apareceu dentro dos grupos ou se faltaria ajustar essa diferenciação básica que estamos propondo. Depois, a gente encaminha a discussão da polêmica. Primeiro ele vai apresentar a polêmica, nós vamos qualificar a polêmica e depois vamos entrar na discussão, defesas de uma perspectiva, defesas de outras.

Luís Inácio Gaiger:

O que a gente fez foi pegar o material já apresentado e reorganizar as mesmas afirmações, propostas, dentro de dois blocos, em relação a esse tema, que parece ser um tema de divergência, ou seja, quais são os segmentos que devem compor o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Então, existe um conjunto de propostas que dizem que deveriam ser os empreendedores e os assessores. E aí se diz por exemplo que o governo não fará parte da composição do fórum, sendo que este deverá constituir-se em espaço da sociedade civil. Os gestores públicos não devem participar do fórum, pois o fórum é da sociedade civil e os governos são transitórios e trazem riscos de ingerência no movimento. Os espaços de interlocução com o governo estão nos diversos conselhos. Essas afirmações vieram de diferentes grupos, mas, convergem nessa mesma idéia. Além disso, houve uma proposição de alargar o campo da sociedade civil, não somente os empreendedores, mas, também, trabalhadores informais e movimentos sociais. Então, seria alguma coisa que a gente poderia depois ver se acrescenta ou não, se esta for a linha predominante. Uma proposta “b” diz que deveriam ser os seguintes segmentos: empreendedores, assessores e também gestores das políticas, dos programas públicos relacionados à economia solidária. quais são as colocações que vão nesse sentido? O governo deve estar presente na

composição do fórum, haja vista sua participação em todo o processo. Gestores participam do fórum, porém, sem direito a voto. Presença dos governos, com direito a voto, mas, com peso máximo definido, 10, 15 ou 20%. Os gestores públicos devem participar do fórum com proporcionalidade restrita, pois trabalham em complementação de políticas públicas para fazer as articulações com a Secretaria Nacional de Economia solidária e fazer certo controle sobre as agências de fomento. Os gestores públicos são importantes parceiros do movimento para a participação nas plenárias, grupos temáticos e grupos de trabalho, mas, não podem fazer parte do grupo organizador, animador, executivo do fórum. Deve se garantir a identidade com a sociedade civil e a autonomia do movimento e do fórum. E para terminar, os gestores públicos, dependendo das características e do histórico político, podem participar do fórum. E teve também uma proposta que, além dos gestores, colocou também os parlamentares. Então, é um possível acréscimo em termos de participação de órgãos públicos ou de estado. Vejam que essas considerações são diferenciadas. Algumas aceitam a participação dos gestores, de forma mais ampla, outras de forma mais restritas, mas, todas aceitam, de alguma maneira. Por isso que a gente colocou nesse bloco. Nesse bloco aparecem aquelas propostas de regras de composição. Eu vou só recapitular: uma que fala nessas proporções: 60% de empreendedores, 15% de assessorias, 15% do executivo e 10% dos parlamentares das cinco regiões do Brasil. A outra coloca um representante do estado, um representante de instituições em nível nacional e qualquer quantidade de representantes de empreendimentos. Provavelmente esta proposta deve ser um pouco esclarecida, porque ela não está suficientemente clara. Ainda uma que diz: empreendimentos de economia solidária com representação maior e instituições de apoio, fomento e assessoria à economia solidária e gestores públicos e movimentos sociais, com participação menor que a de empreendimentos. E esta última, dos 10% dos delegados presentes da plenária deve-se retirar a representação com essa composição: 60% dos empreendimentos, 15% de entidades de fomento, 15% poder público, 10% movimentos sociais, garantindo um por estado, sem olhar o seu segmento. Então, aqui existe um segundo tema, que ainda não é uma convergência, que é a relação intranacional e estaduais, dentro desse tema da composição. Primeiro, acho que é esse primeiro ponto, que é como vai se dar a participação dos gestores públicos. Acho que esse é primeiro ponto que a gente deveria abordar na discussão. Acho, inclusive, primeiro a

gente tem que decidir se há uma participação dos gestores públicos e depois discutir a composição propriamente dita.

João Roberto:

Então, acatando a proposta de encaminhamento do Gaiger, estamos identificando que a primeira questão a ser tratada é a participação ou não dos gestores públicos em economia solidária. e depois o como participam, seja empreendedores e assessoria, ou empreendedores, assessoria e gestores. Primeiro é se participa e depois como. Nós vamos fazer uma proposta à Plenária de que a gente abra inscrições se esse encaminhamento está certo. Nós abriremos inscrições para considerações sobre uma e outra proposta. Eu estou entendendo que nós poderíamos abrir umas cinco ou mais para considerações sobre a primeira proposta e mais cinco sobre a segunda.

Jorge:

Se é possível, a questão que está sendo em discussão, se ela pode ficar representada lá.

Crispim:

A minha questão é uma questão de ordem. Regimentalmente são duas defesas a favor e duas contra. Esse é o procedimento adotado pela mesa e eu estou pedindo que seja retomado, porque a questão não é tão polêmica assim.

João Roberto:

A mesa está acatando o encaminhamento. Caso haja necessidade de mais considerações, a mesa abre a palavra.

Aguinaldo:

Nesse momento em que há a defesa das propostas, que faça já a contagem e o cadastramento dos delegados. A gente tem que saber quantos votos efetivamente tem aqui no plenário dos delegados.

João Roberto:

O encaminhamento é que a gente defina quantos delegados estão presentes, para que a gente possa fazer uma votação sabendo exatamente o número. Eu peço ao pessoal da organização que providencie isso. O pessoal vai contar. Por favor, os delegados levantem a mão.

Aguinaldo:

Os suplentes também vão votar?

João Roberto:

Os suplentes não estão na contagem de delegados. Alguns suplentes vieram no lugar de delegados ausentes. Por favor levantem a mão para que a conta seja feita.

Lenivaldo:

Eu gostaria de solicitar a mesa que anuncie pós-contagem o que a Secretaria tem registrado sobre delegados e suplentes, para poder a Plenária tomar consciência dos números oficiais e dos números presentes.

João Roberto:

A nossa idéia aqui não é o voto, é buscar o consenso, buscar o acordo. Não vamos transformar uma proposição de economia solidária num processo de perda e ganho. Vamos estabelecer uma estratégia e que nas considerações que os colegas façam tenham em mente a necessidade dessa força da economia solidária, desse ganho para a economia solidária. peço, então, duas inscrições para a defesa da primeira proposta. O Crispim está aqui para defender a participação dos gestores públicos de economia solidária. Pessoal, a Adriana fez a contabilidade. Temos em plenário 264 delegados e delegadas. A gente vai procurar saber os inscritos, para ver se está batendo. Vamos checar. Seguindo, a primeira defesa, por favor Crispim, que vai defender a participação dos gestores públicos de economia solidária no Fórum.

Crispim:

Pedir a atenção de todos, que ninguém é dono da verdade para estar impondo a sua verdade ao outro. Eu sou empreendedor, artista plástico da Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de Marituba, no Pará. E tem uma coisa que eu quero defender aqui que é a democracia. Democracia não se constrói com exclusão. Democracia se constrói com a participação de todos e todas. Quando nós elegemos aqui a concepção de fórum, é que participem todos aqueles que queiram contribuir na construção de uma nova economia alternativa ao capitalismo. Quando a gente fala em solidariedade e sucesso, estamos falando de inclusão social. Agora, a exclusão não pode estar no nosso meio. Ela tem que ser banida do nosso seio. Eu não tenho medo, enquanto empreendedor, de estar discutindo com o governo a sua participação num processo de construção coletiva. Porque muitas vezes o medo advém da ignorância daquele segmento. Concluindo, eu acho que se queremos um homem novo no séc. XXI, no combate ao capitalismo, que é excludente, temos que dar

exemplo aqui neste fórum. Exemplo de solidariedade, inclusão e participação coletiva. Está aí o desafio. Se sairmos aqui sem o debate deste ponto, o estado pode dar alguma celeuma. Mas, está aqui sentadinha ao meu lado a Secretária que contribuiu ao longo dos anos. Eu vou excluir a participação dela, que me ajudou a construir esse processo? Fraternidade, solidariedade e igualdade não se constroem lá longe. Se constrói no seio das nossas próprias famílias, primeiro individualmente e depois coletivamente. Respeitemos uns aos outros para a construção dessa sociedade nova.

João Roberto:

Obrigado, Crispim. Ednaldo.

Ednaldo:

Primeiro queria dizer que é importante para nós, neste momento, ter bastante consciências dos papéis que cada grupo, cada movimento representa para a construção dessa sociedade que a gente tanto deseja, que a gente vem lutando há tanto tempo. Eu acredito que o movimento da economia solidária precisa ter autonomia para que possa propor políticas em momento específicos para o governo. Acho que o momento de discutir essas parcerias, de discutir as políticas de forma compartilhada é dentro do Conselho, onde vão estar presentes os gestores, o governo e onde vão estar presentes o Fórum. O fórum precisa ter autonomia, porque ele representa a sociedade civil organizada. Ele deve ter autonomia porque o governo pode tutelar o fórum. Normalmente, nas relações compartilhadas, os governos com suas estruturas tendem a tutelar a sociedade civil. E isso pode ter um impacto que minimize as nossas ações. Temos que ter um fórum forte, da sociedade civil, unido, com visão para compartilhar com o governo, mas, com autonomia suficiente para cobrar nas horas que forem necessárias.

João Roberto:

Obrigada. Antes de passar a palavra ao Mance, que vai defender a participação dos gestores públicos, gostaria de anunciar a chegada do nosso Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof^o Paul Singer. Agora sim, Mance.

Euclides Mance:

O grande processo de construção desse Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi a integração da diversidade. Diversidade de empreendimentos, de práticas de economia solidária, diversidades de elaboração de políticas, de redes nacionais, de organizações. Os gestores de políticas

públicas constituíram uma rede nacional de gestores de políticas públicas. Não se trata de órgãos de governo. O que está em discussão aqui é se é possível que pessoas que estão no nosso campo da economia solidária e que hoje estão atuando nas prefeituras, nos estados, discutindo políticas públicas, gerando políticas de microcrédito, se essas pessoas que têm uma carta de princípios da rede de gestores, que é compatível, que assume os princípios do nosso Fórum Brasileiro de Economia solidária, se esses companheiros podem ou não estar conosco discutindo quais são as políticas de economia solidária que nós queremos para o Brasil. O que eu venho defender é que sim, a rede de gestores de economia solidária tem o direito de participar do nosso fórum, porque estão construindo a economia solidária. é preciso ficar claro que é preciso assegurar a autonomia do fórum e por isso não são órgãos de governo que terão direito de participar do fórum. É a rede de gestores, que atua com políticas públicas de economia solidária e tem uma carta de princípios que assume a autonomia da economia solidária, das organizações da sociedade civil.

João Roberto:

Tem mais uma inscrição para defender contra a participação dos gestores. Onde está? Se essa pessoa não está, tem outra que queira fazer a defesa? Maurício, do Distrito Federal.

Maurício:

A questão colocada é a seguinte: se nós entendemos que o fórum, que até aqui tem se constituído num momento de discussão da questão da economia solidária e que a partir de hoje passa a ser uma instância permanente, única, representativa do segmento economia solidária, naturalmente não pode ter a presença do governo....

(interrupção na fita)

Ademar:

... para iniciarmos o encerramento. Além da fotografia do povo do fundo, os demais podem ir se aproximando. Vamos dar início à apresentação da proposta final a ser discutida e aprovada aqui nesta Plenária. Rio de Janeiro. Vamos ter que trabalhar mais um pouquinho para trabalhar algumas questões que têm que ser definidas. São poucas questões, mas, são importantes. Então, pedimos que todos fiquem aqui na Plenária para a gente abordar essas questões que ficaram da discussão anterior.

Bernardo Loureiro:

... Nos pareceu no intervalo, aqui de cima, que a maioria das delegações dos estados estavam se reunindo e muito provavelmente combinando coisas em torno do que até o momento se apresentava como decisões ou como cara ou perfil desta Plenária, como constituição do fórum brasileiro e seguramente, já assumindo continuidades do processo, desta feita, encerrado o momento que foi o de confluência das discussões dos estados para uma reflexão nacional, o retorno para o fortalecimento da estadualização dessa iniciativa do Fórum da economia solidária. eu estou adiantando que num esforço do grupo coordenador, até antes daquele intervalo, havia um conjunto de propostas que indicavam alguns caminhos sobre os quais a gente deveria tomar decisões neste momento, que é o momento final, que nos leva depois a voltar para os estados. é possível dizer que se nós saíssemos daqui com o acúmulo que fundamentalmente as reflexões dos grupos de mini plenárias permitiu, com a socialização de experiências e reflexões, a gente já poderia se dizer satisfeito. Já poderíamos dizer que em termos de começar a definir um perfil nacional da existência deste movimento de economia solidária, a gente já tem cumprida uma etapa. Mas, é importante que neste momento, mesmo com a saída das autoridades, que tão bem nos estimulam a nos organizar como sociedade civil, de pensarmos um pouco como se dará essa continuidade e como é que cada delegação, voltando para os seus estados, pode, num processo de ida e vinda, ir constituindo a forma como nós vamos operar daqui pra frente. A pequena coordenação reuniu, das diferentes propostas, aquilo que nos pareceu um pouco mais de consenso, é quer colocar imediatamente. Nós entendemos que as reuniões dos estados devem ter propiciado algumas iniciativas que, em algum momento, por representação de delegação, pode ser colocada na plenária. Mas, com o nosso limite de tempo e com a nossa impossibilidade de estabelecermos um debate de algumas horas, o que é que estamos recomendando como coordenação desse momento final da plenária. Qual é a proposta? Nós apresentamos uma proposta conjunta, que significam dois quadro completos do que nos pareceu que é possível haver consenso. E em seguida a gente abre a palavra e vamos pedir que, se possível, por elementos representantes de delegação, que possam se pronunciar frente a proposta, na perspectiva de um pronunciamento que nos favoreça agregar e finalizar essa proposta. Nos depoimentos por representação certamente vocês poderão comentar o que é que vocês vinham conversando enquanto continuidade do processo, dentro de cada estado.

Talvez valesse a pena neste momento afirmar que há uma perspectiva.... (pausa)... se o pessoal de Minas se aproximar, a gente pode iniciar esta mesa. Vamos lá, Minas? Nós sabemos que este momento e este intervalo favoreceu as delegações de cada estado se reunissem e fizessem um pouco aquilo que estava previsto anteriormente e que a programação não permitiu, que era a discussão de volta de cada delegação para os seus estados. mesmo não na programação, isso aconteceu neste intervalo e nós vamos retomar, após esta mesa, as conclusões finais e a proposta final, para que a gente possa votar para os estados e continuar o processo de construção do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, que hoje se instaura de maneira definitiva. Mas, neste momento, com a mesa composta e com alguma ajuda de quem está no fundo... Minas, venham, por favor.. Teremos por volta de trinta minutos para ouvir palavras dos nossos companheiros, que hoje estando representando diferentes áreas, instâncias de governo, e que vêm acompanhando a trajetória desse movimento de economia solidária.... (pausa) Rio de Janeiro? Temos um grupo aqui razoável para, depois das fotos de Minas, a gente conversar essa nossa conversa, na próxima meia hora. Temos aqui na mesa o Márcio Poschmann, que é Secretário do Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade, o Egon Kracheke, que é Vice-Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, o Remígio Todeschini, que é o Secretário de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho, o Paul Singer, nosso Secretário Nacional de Economia Solidária, representando a Ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva, Raimunda Monteiro, Coordenadora do Fundo Nacional de Meio-Ambiente. E representando o Ministro Jaques Wagner, o Jonas Carvalho. Acho que nós podemos, como algo próprio do processo que os nossos companheiros tão bem entendem, iniciar a palavra com o Márcio Poschmann.

Márcio Poschmann:

Boa tarde a todos. Quero começar parabenizando a presença deste número significativo de militantes da economia solidária no Brasil. Impressiona a representatividade deste encontro, encontro este que é o terceiro de uma atividade de acúmulo de experiências e de organização. Quero também parabenizar os organizadores deste encontro. Sabemos da dificuldade de fazer um evento de dimensão nacional, sobretudo num país de dimensão continental, como é o nosso Brasil. Quero também saudar todos os membros da mesa, na figura do companheiro Paul Singer, congratulando-me com ele pela posse na Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho e

Emprego do Governo Lula. Certamente isto é uma conquista de todos aqueles que já estão há muito tempo na estrada de construção da economia solidária. Entendendo que isso representa, no governo federal, uma etapa importante que possibilita a institucionalização da economia solidária. Jamais a sua subordinação ao governo. Nós estamos aqui refletindo o que já vem ocorrendo em diversas experiências municipais e estaduais de fomento, de estímulo as diversas iniciativas de economia solidária que estão em curso no Brasil desde os anos oitenta. Entendo também que este evento representa uma mudança, uma virada de página na construção da economia solidária. precisamos, de fato, sem abandonar, mas, sobretudo, dar um salto de qualidade àquilo que vinha sendo a economia solidária no Brasil. Uma espécie de economia de resistência aos impositivos do neoliberalismo no Brasil. Neoliberalismo esse que não apenas desorganizou o estado brasileiro, os organismos públicos, mas, que também gerou enormes efeitos negativos na exclusão social. Exclusão essa que combinou não apenas os excluídos do campo, como também os excluídos da cidade e sobretudo com os novos excluídos que estão nas grandes metrópoles brasileiras. E que até mesmo pessoas saídas da universidade não têm mais oportunidade de trabalho. Tudo isso é resultado de mais de doze anos de neoliberalismo. E a economia solidária se colocou como alternativa ao que se propunha por intermédio do neoliberalismo. Ela venceu essa etapa. Estamos hoje não apenas como uma economia de resistência aos efeitos negativos do neoliberalismo, mas, agora, alçando uma outra etapa. Uma etapa de construção de uma alternativa de desenvolvimento econômico social. É claro que o que nós temos ainda hoje é relativamente pequeno frente aos desafios que estão colocados ao Brasil. Mas, certamente, pela herança que temos em termos de economia solidária, é certamente algo que podemos ter convicção de que o que já fizemos é muito e nos coloca com condições suficientes para dar um passo maior. Acredito, portanto, que as experiências que se consolidaram em termos municipais e estaduais dão condições suficientes para que, a partir deste ano, a economia solidária ganhe uma grande ênfase no plano federal. Falo a partir da experiência do Município de São Paulo, onde o Programa Oportunidade Solidária tem sido uma referência importantíssima no governo municipal. E ela é uma referência importante porque conta com o apoio de parcerias, de praticamente todas as instituições que estão vinculadas à economia solidária. Isso é absolutamente fundamental, porque os governos passam e a

economia solidária deve permanecer trilhando o seu próprio caminho. Temos hoje mais de dez mil pessoas sendo incubadas na perspectiva da economia solidária. Essa é uma etapa fundamental. Precisamos multiplicar a quantidade de instituições e de pessoas comprometidas com a incubação de empreendimentos solidários. Mas, precisamos algo mais. Precisamos, também, de todo um acompanhamento técnico para que os empreendimentos estabelecidos possam andar de forma autônoma. E isso exige uma técnica, que o que temos hoje no Brasil é insuficiente para dar conta. Precisamos de um SEBRAE solidário, que possa dar apoio uma vez instaurado e montado o seu empreendimento. Precisamos também de um fundo solidário. Um fundo que possa apoiar, fomentar as iniciativas em termos brasileiros de economia solidária. Certamente o que foi anunciado esta semana, por conta do governo Lula, em termos de iniciativa de microcrédito, são fundamentais para apoiar a economia solidária. Certamente, estaremos avançando muito mais com a liderança da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. Por tudo isso hoje é um dia de comemorarmos por tudo o que representa este encontro, como orientação em termos de futuro. E é muito importante estar aqui participando de um evento que apresenta para o horizonte uma perspectiva diferente do que foi o neoliberalismo. Muito obrigado, parabéns a todos e um bom retorno de que a economia solidária vença.

Ademar:

De público o nosso agradecimento ao apoio e ao incentivo que Márcio Poschmann nos deu quando ainda sem saber exatamente qual o horizonte deste movimento, em dezembro nos abrigou na I Plenária da Economia Solidária de São Paulo. E que vem dando todo seu apoio, através de seus gestores, ao processo de construção deste movimento. Em seguida, passo a palavra para Egon Kracheke, que é o Vice-Governador do Estado do Mato Grosso do Sul.

Egon:

Boa tarde. Quero saudar os companheiros da mesa em nome do Ademar, coordenador deste evento e também Coordenador Nacional da Cáritas. Saudar os companheiros e companheiras representantes dos Ministros. Saudar nosso querido Profº Paul Singer, cuja obra conheço desde 1968, nos cadernos do Diretório Acadêmico de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Creio que depois aquelas anotações serviram para o seu livro de introdução à economia. Saudar os demais companheiros, Profº Márcio Poschmann e,

saudar, sobretudo, a todos vocês, que tiveram a coragem de vir aqui se reunir para discutir o futuro da economia solidária. Eu sei que os organizadores tiveram uma grande surpresa, porque ultrapassou a expectativa. É muito bom quando isso acontece. É um sinal para todos nós. E para nós, que somos de governo, sobretudo, deve ser lido isso como um sinal para todos nós, na medida em que estamos avançando nas políticas públicas que promovem a inclusão social e que alavancam as iniciativas populares. No meu estado, Mato Grosso do Sul, o Governador Zeca do PT, que está no segundo mandato, desde o primeiro mandato tomou a iniciativa de alavancar os empreendimentos populares, sejam eles de iniciativa individual ou coletiva, através da formação do Banco do Povo, que apóia milhares de famílias no estado. Nós temos o Programa PROVE Pantanal, inspirado na experiência de Brasília, do Profº Cristovam Buarque, que também alavanca as iniciativas populares, sobretudo no campo, para verticalização da pequena produção. Foi constituída a Secretaria de Estado, semelhante a da Prefeitura de São Paulo, Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária. E criada a Fundação de Trabalho e Economia solidária, com o objetivo específico de estar apoiando as iniciativas de economia solidária, portanto, ajudando a fortalecer este setor que ainda é embrionário na sociedade. Com certeza ainda não ameaça as bases do sistema capitalista perverso em que vivemos, mas, com certeza é um embrião da nova sociedade que está parindo no ventre da velha sociedade. A nova sociedade se gesta no ventre da velha sociedade. E isso é mais importante que as iniciativas da públicas. Ontem, andando por entre os grupos, pude perceber a riqueza das experiências que estão acontecendo. Eu estava olhando o livro organizado pelo Profº Paul Singer e vejo que há várias experiências acontecendo. Acho que nós estamos numa revolução silenciosa acontecendo no meio da sociedade. E acho que isso é o mais importante. A massa está fermentada. E é um pouco o nosso papel, como agentes públicos, de nos constituirmos um pouco de fermento na massa, para fazer a massa crescer. Mas, sem a gente participar do resultado. Nós, agentes públicos, temos uma propensão muito grande de substituir a iniciativa popular. Temos que ter essa cautela. Se queremos construir uma nova sociedade, isso só vai se dar na perspectiva de que as próprias massas se transformem em protagonistas da construção do processo da nova sociedade. Elas que têm que ser a grande iniciativa, que têm que ser os atores relevantes deste processo. Não cabe a nós, agentes públicos, tomar o lugar da iniciativa das massas. Eu

vi que houve debates interessantes a respeito do papel que devem desempenhar os agentes públicos nesse processo. Acho que devemos ajudar o processo, mas, tem que ter muita cautela para a gente não querer substituir o saber popular. O saber popular nasceu da observação da experiência concreta do povo. Temos que saber ouvir mais do que falar. Eu vou encerrar, porque já estou falando demais. Grande abraço a todos vocês e muito sucesso.

Ademar:

O Egon esteve conosco desde ontem e por isso é que ele fala com propriedade dos debate que ele pôde observar. Nos deixa tranquilo a reflexão sobre o papel das assessorias e dos servidores públicos. E é por isso que os gestores do Mato Grosso do Sul estão conosco. A gente está passando a palavra para o Remígio Todeschini, que é o Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

Remígio Todeschini:

Obrigado a esse espaço que é dado neste fórum. É importante saber, até porque depois o Jones vai falar, o Ministro do Trabalho, inclusive, estava querendo vir aqui justamente no encerramento e houve problemas e não ia conseguir chegar a tempo. Mas, para nós, do Ministério do Trabalho estar aqui presente, porque o grande desafio que temos hoje é justamente como enfrentar a questão do desemprego. Até fruto das políticas econômicas anteriores, que fez com que nós hoje tenhamos mais de oito milhões de desempregados. E a gente sabe que para enfrentar essa política de desemprego, é preciso ter uma política econômica sustentável de crescimento. Essa é a saída para termos mais postos de trabalho. É isso que o próprio governo federal, no próximo programa plurianual, está colocando que é preciso ter crescimento econômico, com geração de emprego e renda. O papel da economia solidária também vai ser importante nessa política de geração de emprego, nas mais diversas formas empreendedoras. E a gente bem sabe que é papel do governo federal cumprir o que está estabelecido na Constituição. E a Constituição determina, no capítulo da ordem econômica e social, que deve haver um incentivo ao associativismo e ao cooperativismo. E para isso, é preciso que haja pressão social, para que isso se efetive como direito para todos os cidadãos brasileiros. Por último, quero pré-anunciar aquilo que o Presidente da República e o Ministro do Trabalho estarão colocando para toda a sociedade amanhã, no lançamento do Programa do Primeiro Emprego para o Jovem. Vai haver uma linha

específica de fortalecimento do empreendedorismo de forma geral para os jovens de 16 a 24 anos, que mais sofrem com o desemprego. E nessa linha de fortalecimento do empreendedorismo, também tem o fortalecimento para o cooperativismo e associativismo. Estimular jovens a formar cooperativas, empresas coletivas, para também termos soluções concretas na geração de emprego e renda. Então, é importante também que a economia solidária esteja presente, esteja atuando nessa faixa dos jovens de 16 a 24 anos. Obrigado.

Ademar:

O Remígio, é importante dizer, antes de estar nesta Secretaria, era dirigente da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, com o qual o GT Brasileiro partilhou, nesses três anos, a articulação das diferentes organizações brasileiras, para os eventos do fórum social mundial. E foi com o Remígio a primeira conversa a respeito da possibilidade de uma política de economia solidária no Governo Lula. E foi por aí que este movimento se iniciou e levou a constituição da atual Secretaria Nacional de Economia Solidária. Passamos a palavra para o Prof^o Paul Singer, para ouvi-lo desta vez como Secretário.

Paul Singer:

Boa tarde. Eu vou ser curto, porque vocês têm que trabalhar. Vocês são nossos parceiros nessa Secretaria que foi criada anteontem. Nós precisamos das informações, do conhecimento que vocês têm e das demandas que vocês representam para construirmos juntos políticas públicas federais para o apoio, o fomento e o aperfeiçoamento da economia solidária no nosso país. Eu estou quase que pedindo a vocês que criem um Fórum Brasileiro de Economia solidária representativo e vigoroso, para que nós, do governo federal, também possamos ter no Ministério do Trabalho uma base concreta de luta e juntos estarmos construindo as bases de uma nova sociedade, mais justa, mais igualitária, mais democrática do que aquela que temos hoje. Então, basicamente é isso que queria dizer a vocês. Estou sabendo que esta é uma reunião inédita. Nada de semelhante se fez até hoje no Brasil e uma das suas facetas, uma das suas características inédita é o fato de que mais da metade dos presentes pertence a empreendimentos de cooperativas, a empreendimentos solidários. Muitos de vocês representam, como eu, assessorias, agências de fomento, movimentos sociais, gestores públicos e gestores de microcrédito. São participantes essenciais da nossa luta. Mas, fundamentalmente, a prática da economia solidária é o que nós estamos

construindo. E a presença de 52% de representantes de empreendimentos me deixa profundamente contente. Tenho certeza que nas próximas plenárias que vão ser realizadas essa porcentagem crescerá cada vez mais, porque este é o fruto do trabalho comum que nós vamos realizar. Soube também que o Fórum está sendo extremamente rico como troca de experiências e de conhecimento mútuo. Acho que uma das riquezas da economia solidária revivida atualmente é essa diversidade. Nós não temos um molde só. A economia solidária é assim. Nós temos valores e princípios e o princípio maior é a igualdade política, é a auto-gestão, é a democracia nos empreendimentos solidários. Temos que preservar essa diversidade sem que isso nos desuna. Esta é uma nova etapa. Portanto, fico feliz que a Secretaria Nacional de Economia Solidária tenha praticamente coincidido com essa nova etapa que vamos iniciar. Obrigado.

Ademar:

A afirmação do Profº Singer é que já aqui, nesta Plenária, este fórum nasce com a cara dos empreendedores, que são a maioria. Posso dizer em nome de algumas pessoas do GT brasileiro, que acompanharam as plenárias estaduais, que os empreendedores são muito mais. Seja no Rio de Janeiro, seja no Rio Grande do Sul, seja em Minas, seja na Bahia, o nosso perfil, a nossa cara está se colocando cada vez mais a vista. Mas, temos uma cara que é muito peculiar. Que é a cara da perspectiva feminina, da mulher no nosso empreendimento. E por isso é tão bom que estejamos aqui, não com a Marina Silva, que tanto representa as mulheres e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras deste país, mas, com a Raimunda Monteiro, que é a nossa companheira de dezenas de anos e que neste momento, como Coordenadora do Fundo Nacional do Meio Ambiente, representa a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Raimunda Monteiro:

Empreendedoras e empreendedores que estão trabalhando neste dia para dar densidade política a uma trajetória que vocês vêm construindo ao longo destes últimos anos. Profº Paul Singer, Ademar. Nós trazemos aqui uma mensagem que na verdade é um convite para que vocês possam chegar ao nosso Ministério, ao Ministério do Meio Ambiente, com as propostas que vocês estão construindo para que possamos juntar as formulações e As práticas que vocês vêm desenvolvendo nos últimos anos, nas suas experiências locais, como também as práticas que nós já estamos incentivando há vários anos junto a muitas das organizações que

vocês representam aqui, mas, principalmente, que nós possamos ouvir de vocês as propostas de políticas públicas nas quais o nosso Ministério possa fortalecer as iniciativas que vocês estão construindo. O nosso Ministério tem já um trabalho de apoio a mais de 1.300 iniciativas locais de desenvolvimento sustentável, das quais perto de 1.000, de alguma forma, se referem a muitas das iniciativas que vocês desenvolvem, principalmente aquelas que dizem respeito ao uso sustentável da nossa rica e diversa base de recursos naturais, que é uma das maiores potencialidades que nós temos para o desenvolvimento do nosso país. O nosso Ministério vem se pautando por uma frase que a nossa Ministra manifestou logo que foi nomeada, quando ela disse que nós daríamos ênfase no “como fazer”. Nessa frase residem muito das oportunidades econômicas, de geração de renda, que podemos desenvolver nos próximos anos, a partir de um uso sustentável da nossa base de recursos naturais, pois sabemos que o nosso país é muito rico. Precisamos depender menos de *comodities* agrícolas e industriais e diversificar a nossa economia a partir das habilidades e do conhecimento do nosso povo. O nosso Ministério também está empenhado nessa estratégia, porque acreditamos que podemos contribuir com o PIB deste país a partir da compatibilização da economia com o meio ambiente e a partir da diversificação, inclusive, das oportunidades econômicas que uma boa gestão dos recursos naturais pode gerar. Também podemos contribuir com a pauta de exportações do país, a qual o nosso governo está empenhado. Nós temos hoje uma Secretaria de Desenvolvimento Sustentável no nosso Ministério que está trabalhando formulação de elementos econômicos que proporcionem a aproximação entre economia e meio-ambiente. No PPA de 2203-07 temos um programa chamado Fomento à Produção e ao Consumo Sustentáveis, que abre um leque de oportunidades. Nós queremos estar junto com vocês e viemos aqui pedir que vocês ajudem a adequar as políticas públicas do Brasil à uma economia que esteve escondida por 500 anos.

Ademar:

Bom ouvir essas manifestações, pois a gente tem no meio ambiente o espaço do avanço de uma proposta de desenvolvimento sustentável, porque a economia sustentável é a economia solidária. Passamos, agora, a palavra para o Jonas Carvalho, assessor do Ministro do Trabalho.

Jonas Carvalho:

Boa tarde. Em nome do Ministro, queria pedir desculpas, por problemas de voo ele não conseguir estar aqui. Quando eu comecei a minha militância, em 1967, eu comecei a militar numa organização que teve como fundador o Profº Paul Singer, então está aqui o meu mestre na Política. Bom, a economia solidária, além de ser uma alternativa concreta do movimento popular, ao mesmo tempo representa que o sistema que está aí colocado não resolveu os problemas do povo, no Brasil e no mundo. E é sobre essa convicção que o Presidente Lula trouxe para o seu governo uma Secretaria de Economia solidária. não existe notícia de outra no mundo. Também, para o Ministério do Trabalho é de grande importância. Aliás, o Ministro, enquanto candidato ao governo da Bahia, teve em destaque a questão da economia solidária. então, não estamos falando aqui como pessoas externas à economia solidária. Estamos aqui porque acreditamos que podemos criar alternativas concretas para superação desse sistema injusto e desigual que está implantado no mundo. É importante entender qual é o papel do estado e do movimento popular. Independente de ser um governo popular, a organização popular, de todos os movimentos, é que pode dar ao governo o respaldo para fazer as transformações necessárias. O governo é apenas o instrumento desse processo. Se não tivermos isso claro, vai ser muito difícil conseguirmos avançar qualquer coisa. É fundamental a organização do povo nesse processo. Nós estamos no governo mas somos povo. É fundamental a gente estar, enquanto governo, fortalecendo o movimento popular, porque é isso aí que vai dar ao governo as condições concretas de enfrentar aqueles que não querem a transformação social. Nesse sentido, é fundamental este evento da economia popular, que é a concretização de um caminho que tem em sua direção pessoas capazes. Obrigado.

Ademar:

Agradecendo ao Jonas e aos demais componentes da mesa, nós suspendemos a mesa e continuamos com a nossa Plenária, para as decisões finais. Obrigado a todos aqui presentes.

Luiz Inácio Gaiger:

O Fernando tem importantes informações a passar:

Fernando:

Primeiro, está fixado no quadro da Secretaria o horário dos ônibus para a rododiferroviária e para o

aeroporto. E a gente precisa saber quem é que vai ficar, para poder organizar o jantar.

Ademar:

... as conformações locais, sub-regionais ou estaduais devem garantir a autonomia, liberdade os acertos a serem feitos, que possam contribuir para o desenho de uma coordenação nacional do fórum, que permita permanentemente esse fluxo de consulto de recolhimento de propostas e experiências que vá da vez mais conformando a nossa cara de unidade, na nossa diversidade. Acho que é essa a idéia que neste momento perpassa a discussão final do que nos comprometemos aqui.

Luiz Inácio Gaiger:

Quando a gente interrompeu a Plenária, o João disse que enquanto íamos para o lanche íamos tentar fazer uma posposta um pouco mais elaborada, aproveitando as sugestões da Plenária naquilo que é essencial para o fórum ter continuidade. Foi isso que a gente fez. Vou apresentar a posposta, em linhas básicas, mas, que seriam suficientes para o trabalho do fórum continuar daqui pra frente. Essa proposta se compõe de três idéias: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é esse grande movimento nacional, do qual todos nós participamos, os empreendimentos, as entidades, os gestores, os fóruns estaduais e regionais, e assim por diante. Cada um de nós é o Fórum e faz parte dele. Só que, naturalmente, não podemos nos encontrar todos e conversar sempre todos junto. Então, as plenárias nacionais, como esta, seriam anuais, teriam uma certa regularidade para permitir grandes encontros. As plenárias iriam tomar as decisões fundamentais sobre os destinos do fórum, como estamos fazendo nesta primeira plenária. Mas, entre uma plenária e outra, para a coisa poder andar, propomos que haja uma coordenação nacional, que é um grupo representativo da realidade brasileira, das diversas correntes e forças da economia solidária e depois uma Secretaria de facilitação, que é um grupo para tocar o trabalho do dia a dia, que cumpriria funções mais operacionais. Essa coordenação deveria poder se reunir pelo menos uma ou duas vezes ao ano. Então, não pode ser muito grande e nem muito pequena. Tem que ser um meio termo. Nós imaginamos que ela fosse composta por dois representantes de cada estado, sendo que um deles, pelo menos, deveria ser de empreendimentos. Aquela sugestão que apareceu, de ter três representantes, um de cada segmento do estado tem um problema, é que no final os empreendimentos teriam 1/3 só e não a maioria. Por isso diminuimos para dois. Além disso, haveriam dez representantes

de organizações nacionais, governamentais ou não, para guardar uma proporção e não ficar um grupo muito grande. A Secretaria seria criada pela coordenação nacional e teria esse papel de representação, apoio e contatos. Para essa proposta poder funcionar, precisaríamos deliberar hoje aqui basicamente duas coisas: definir a composição da coordenação nacional para que depois os estados e as entidades possam indicar dois representantes. E a nossa proposta é que essa indicação fosse feita antes do dia 12 de setembro, para que depois disso, pudesse haver a primeira reunião da coordenação nacional. O mês de setembro é o mês da revisão do plano plurianual. Então, essa coordenação poderia já trazer subsídios para reforçar a presença da economia solidária no plano do governo. Essa coordenação teria o mandato até a segunda plenária nacional, que ocorreria dentro um ano, um ano e meio, dependendo das possibilidades. A outra decisão que deveríamos tomar é a seguinte: como é a coordenação nacional que vai escolher a Secretaria e ela só vai se reunir em setembro, precisaríamos ter uma estrutura mínima provisória até doze de setembro. Seria uma secretaria provisória. A gente propõe que fosse um grupo pequeno. Poderia ser uma pessoa de cada um dos três segmentos. Pensamos que ela poderia continuar funcionando aqui em Brasília, então seria bom que ela tivesse pessoas do Distrito Federal. O pessoal do DF não está querendo assumir essa tarefa, mas, dá pra convencer eles. Eu sei que houve propostas parecidas, mas, pode ser que as idéias que apareceram fiquem muito distantes disso aqui, ou não. Que seja questão apenas de se fazer ajustes. Então, a Plenária acha que dá pra trabalhar em cima dessa posposta ou se tem outras propostas diferentes que precisariam ser trazidas.

Ademar:

A pergunta é: há alguma proposta muito diferente desta, que precisaria ser colocada? Ou há esclarecimentos dessa proposta?

Jorge:

Quando se fala na segunda opção, de melhorar, se vai colocar em questão a quantidade. Eu havia apresentado uma proposta de três por estado, sendo dois empreendedores e um gestor.

Ademar:

É uma proposta para melhorar então.

Agnaldo:

Nós discutimos e pela compreensão do grupo de São Paulo, nós achamos que mesa não iria apresentar uma composição da coordenação. Só faria o encaminhamento da secretaria provisória e que essa secretaria iria articular os estados para essa proposta de composição de coordenação. Então, temos uma proposta da secretaria provisória. Essa mesa apenas apresentaria a proposta da secretaria provisória. Não havia proposta de coordenação. Na nossa proposta, nós consideramos que há entidade nacionais que poderiam estar, seriam nove, e mais um representante de cada estado participante da plenária nacional, obrigatoriamente de empreendedores. Então, teríamos dezoito empreendedores e mais nove desse grupo anteriormente determinado GT brasileiro. E a somatória desses dois grupos seria a secretaria provisória.

Luiz Inácio:

Então, vou esclarecer. O João não participou da elaboração desta proposta. Mas, quando fomos trabalhar nós vimos que estava havendo uma confusão entre uma estrutura maior de representação do país, que estamos chamando de coordenação nacional e uma outra, que seria um grupo menor, para tocar o trabalho do dia a dia. Então, a gente desdobrou. Na verdade, o que você está chamando de secretaria provisória é o que eu estou chamando de secretaria nacional. Então, a tua proposta se enquadra para uma alternativa, que seria a coordenação nacional. E a gente está transformando a secretaria provisória em um definitivo, até a próxima plenária. Porque o nome provisório deixa uma certa incerteza.

Ademar:

Mais alguma contribuição?

Maurício:

Brasília foi citada e a delegação pede dez minutos para discutir, antes que seja votado.

Ademar:

A gente continua outras contribuições. Vamos ver onde estamos até este momento. Primeiro, se está claro que o que a gente está chamando de coordenação nacional é o que o pessoal está propondo como Secretaria? A proposta é que isso vá também para o referendo nos estados e que nesse período, até setembro, se mantenha uma pequena unidade de facilitação desse processo, esse sim provisório.

Darlene:

A gente apóia a proposta do primeiro que esteve aqui, de três, sendo dois de empreendimentos e um de apoiadores. E essa estrutura que foi colocada já tinha aparecido ontem nos grupos. Surgiu, também, no nosso grupo, a proposta de periodicidade para essas plenárias da coordenação nacional, que seriam três no ano. Ou no mínimo duas no ano.

Ângela:

Nós, de São Paulo, discutimos que fosse uma coordenação e não uma secretaria, composta pelas mesmas instituições que faziam parte do GT que junto com os empreendedores dos estados comporiam essa coordenação.

Ademar:

Mais contribuições?

Luiz Inácio Gaiger:

Foi perdido um casaco de couro marrom, quem encontrar, trazer até a mesa.

Herton:

Só um esclarecimento entre a coordenação e a secretaria. A coordenação seria uma instância mais política e a secretaria seria executiva, por isso pensaram no DF. Ela seria provisória só até setembro para reunir o grupo e depois tomar as decisões sobre a organização. Com relação a isso, queria saber o que está embasando essa divisão entre organização política e execução.

Luiz Inácio:

A gente quer, ao mesmo tempo, ter uma instância que represente a realidade brasileira da economia solidária, mas, tem que ter uma estrutura de apoio que coordene isso, que faça as comunicações, os relatórios desse fórum. É um grupo menor que vai estar a serviço da coordenação nacional. Foi feito o esclarecimento para o pessoal de São Paulo e estou entendendo que estamos começando a nos entender. Em relação à ela, houve algumas alternativas. Surgiu a proposta que fossem três representantes por estado, sendo dois por empreendimentos e um terceiro de outro segmento. A outra é em relação à própria coordenação geral, porque São Paulo deu a idéia de ter 18 representantes de empreendimentos e na parte das entidades, fossem as atuais que integram o GT brasileiro. E tem uma terceira alternativa, que seriam dezoito empreendimentos, um de cada estado. A gente poderia colocar da seguinte maneira. Uma delas diz que vai ter um representante por estado,

sendo de empreendimento. A segunda, dois representantes por estado, sendo pelo menos um de empreendimento. A terceira, três representantes por estado, sendo dois de empreendimento. Se fosse para votar agora, quem estaria favorável a primeira proposta? Pouca gente. Quem seria favorável à segunda? Um grupo um pouco maior. A terceira proposta? Olhando daqui, a terceira vai ganhar batido. Alguém quer argumentar?

Herton:

Eu queria dizer que acho que não deveria haver essa diferenciação entre a coordenação e o grupo gestor, com base no princípio da economia solidária. acho que a gente deveria colocar as pessoas que pensam a política, que também executem. Acho que o DF não deveria refletir esse tipo de diferenciação de função dentro da nossa organização. Ou seja, que essa coordenação pegue alguns voluntários para fazer a execução das coisas.

Luiz Inácio:

Então, a gente volta esse assunto quando discutir a Secretaria.

Ademar:

Então, vamos fazer por parte. Estamos caminhando com a clareza da decisão do número de composição. E pelo que a gente percebeu, a conversa que poderíamos fazer, para esclarecer, é se era melhor ter dois representantes por estado, sendo um de empreendimento, ou ter três representantes por estado, sendo dois por empreendimento. Então, neste momento, é esse pedaço. Depois a gente discute as outras questões. Com relação a isso, há necessidade de esclarecimentos? Votamos?

Luiz Inácio:

Então, vamos votar. Quem é favorável a proposta de ter somente um representante por estado, vindo de empreendimento, levanta o crachá. Quem é favorável a que sejam dois representantes por estado, sendo pelo menos um de empreendimento? Quem é favorável a que sejam três representantes por estado, sendo dois por empreendimentos? Foi essa a vitoriosa. Agora, o segundo ponto, a proposta que está ali, surgiu uma proposta diferente, de que as entidades presentes na coordenação fossem aquela que estão hoje no GT Brasileiro. Alguém tem outra alternativa?

Ana Mercedes:

Seria bom falar de novo as entidades que fazem parte do GT brasileiro.

Ademar:

Isso ajudaria a esclarecer? Porque, na verdade, a proposta de ter dez entidades permitira que na volta para os estados, os estados discutissem isso para, em setembro isso estar mais claro na reunião da coordenação. Mas, hoje, quem participa do GT? FASE, IBASE, PACS, Rede da Sócio-Economia Brasileira, Rede Universitária de Incubadoras, UNITRABALHO, ANTEAG, Rede de Gestores de Políticas Públicas e Economia Solidária, Cáritas e Associação Brasileira de Microcrédito e ADS. Comentei todas? MST/CONCRAB. Esclarecido. O número é um pouco maior do que dez.

Luiz Inácio:

Vamos ver qual das duas a gente aprova. Então, quem é favorável que sejam dez entidades, levanta o crachá. A outra proposta é que sejam as entidades que hoje integram o GT. Vou começar pela segunda. Quem é favorável? Certamente vai ser a vitoriosa, mas, vamos fazer a prova. Quem é favorável a dez entidades? A segunda é vitoriosa.

Ademar:

Estamos definindo neste momento que a coordenação nacional do fórum brasileiro deverá ser constituída de representações do estado, sendo três do estado, dois de empreendimentos, mais o número de organizações que compõem o GT brasileiro.

Luiz Inácio:

Vamos falar um pouco da Secretaria. A proposta que está aí é que quem vai escolher a Secretaria é a Coordenação Nacional depois. Mas, precisaria ter uma provisória. Nós não dissemos que a Secretaria vai ser formada por pessoas que fazem

parte da coordenação nacional. A idéia de ter uma secretaria provisória até setembro, quem é favorável a ela? Aprovada.

Ademar:

Isso significa voltar para os estados com as sínteses dos grupos da plenária e construir no estado o indicativo das três representações. Isso até o dia 12 de setembro. Agora, o que resta é como vai ser integrada a secretaria provisória. A gente falou em ter três pessoas de diferentes segmentos e mais alguém que pudesse, no local onde essa secretaria vai funcionar, ter alguém que apoie. Mas, é só uma questão prática. A gente pode ter duas soluções. Uma é a gente discutir, procurando detalhar como ela vai se compor. A outra seria o GT brasileiro, que até agora garantiu o processo, ele se reúne depois e nominalmente uma Secretaria que fique até 12 de setembro. Escolhe algumas pessoas do GT para trabalhar até 12 de setembro. Isso facilitaria. E em 12 de setembro a coordenação nacional reunida escolhe como vai funcionar isso aí. Quem está de acordo com essa segunda alternativa? Quem é contra? Que se abstenha? Então, está aprovada essa proposta. Queria dizer que no almoço fosse dada preferência às pessoas idosas.

Ademar:

Nós não teremos tempo de fazer um encerramento mais animado. Mas, é necessário fazer um agradecimento especial ao núcleo do DF, que não trabalhou só como executor, porque o processo metodológico se deve ao esforço conjugado com as delegações que vieram trabalhar alguns dias antes, mas com o núcleo de economia solidária do DF. Nós encerramos com os aplausos à nossa economia solidária. Viva a Economia Solidária.
